

A CONCEPÇÃO RELIGIOSA AFRICANA EM RELAÇÃO À EUROPEIA E A RECONSTRUÇÃO DA FILOSOFIA AFRICANA NO “SINCRETISMO” BRASILEIRO

Mikele Xavier Santos
Universidade Federal da Bahia

Gilvan dos santos Sousa
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Wermerson Meira Silva
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Resumo: O presente artigo tem como objetivo, discutir a partir da criação do mundo pelo mito yorubà, a cosmovisão africana e o preconceito contra religiões afro-brasileiras, consequência de juízo de valor preconcebido, materializado em atitudes discriminatórias, gerando assim a intolerância religiosa, que tem materializado cada vez mais dentro dos templos evangélicos, disseminado o desprezo, ódio, bem como a busca de conversão dos adeptos das religiões de matrizes africanas, o “povo de santo”. Por considerarem a cultura afrodescendente, pecaminosa, herética, além de associarem algumas de suas práticas ao barbarismo. Para tanto, além de consultar autores que dissertam sobre a temática, a exemplo de Prandi (2001), Marins (2012), Ferreira (2010), foi feito um breve levantamento histórico, a respeito das origens dos terreiros na Bahia e como essa tradição vem sendo transmitida ao longo dos anos (forma oral) alicerçada na complementaridade, na oralidade e na ancestralidade, divergindo assim das religiões de referencial eurocêntrico, que vale-se da difusão da crença religiosa por meio da escrita, tendo como instrumento, o que acreditamos ter sido a primeira forma de comunicação de massa da humanidade, nesse processo de doutrinação, a Bíblia. Esclarecemos que não visamos atribuir todas as práticas de intolerância, apenas aos protestantes/evangélicos, até mesmo para evitar uma generalização, mas ir de encontro às práticas de disseminação do ódio e discriminação aos devotos do Candomblé ou outro tipo de seguimento, de matriz afro-religiosa.

Palavras chave: Cosmovisão africana. Cosmovisão europeia. Ancestralidade. Oralidade.

Introdução

Um sujeito ao passar por uma encruzilhada, calçada, parques, jardim, ou outro espaço, considerados místicos para os adeptos das religiões de matriz africana e encontrar um ebó¹/despacho, mesmo não tendo a superstição como característica de sua personalidade,

¹ Ofertado às divindades afro-brasileiras, especialmente a Exu como pagamento antecipado do favor que se espera delas. Consiste no sacrifício de certos animais ou na oferta de Oferenda alimentos ou objetos rituais, como velas, moedas e charutos, dentre outros elementos. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/ebo/>. Acesso em 25 de março de 2021.

certamente se assustará e mudará o cominho, alguns intolerantes ,provavelmente chutará ,no intuito de destruir sob a alegação de ser “algo do demônio”, uma coisa “satânica” considerando ser necessário se preservar ou preservar outros dessa “negatividade”. Para as religiões de matriz africana, a exemplo do Candomblé. O objeto em destaque faz parte de uma liturgia, elaborada no intuito de reequilibrar alguns aspectos da vida de um sujeito, seja ele iniciado ou não, visando o reestabelecimento da saúde, ou a resolução de algumas demandas, ofertando às divindades conhecidas como Orixás, uma oblação contendo elementos de uma cultura específica, cuja mitologia acredita que esses objetos remetem à própria criação do mundo.

Acreditamos que esse processo de demonização deve-se a duas questões ainda presentes em nossa sociedade: a ignorância no tocante história da cultura africana, a dessa forma, as ideias presentes no senso comum, que contribuem para um olhar errôneo sobre as práticas religiosas e culturais oriundas da África, e por outro lado a perseguição das religiões de matrizes neopentecostais, que de distintas formas promovem a intolerância sob o pretexto de “salvar as almas.

Ressaltamos que não objetivamos promover um debate entre ideologias distintas, provocados por um embate ideológico religioso, mas demonstrar importância da religiosidade africana e sua contribuição na formação cultural do Brasil, bem como ir de encontro a uma visão discriminatória no que tange a cosmovisão africana, partindo do entendimento não só existem diversas formas de conhecimento da matéria, sociedade, vida e espírito, como “também muitos e diversos conceitos sobre o que conta como conhecimento e os critérios que podem ser usados para validá-los,” (SANTOS, 2010,p.50).

Ao dissertar acerca da criação do mundo, sob a égide yorubana , Marins,(2012 p.53), descreve que Olórum é o princípio de tudo, o criador de todos os orixás, convocou Òsàálá (Òrisà Nlá), mais tarde conhecido como Oxalá, a ser o responsável pela formação da terra. Ele diz:

Este recebe de Olórum um saco com materiais para a criação e conselhos para realizar sua obrigação. No saco, havia uma galinha, um pombo e uma concha de terra. Essa terra era para ser espalhada na água, com auxílio da galinha e do pombo, assim efetuando o serviço da criação. Um dos conselhos foi que o orixá deveria pedir a cooperação de Exu², que teria como função interligar as partes, na medida em que fossem criadas. Assim, enquanto Órisà Nlá criava, ele interligava. Mas o orixá não deu importância a este conselho e seguiu viagem até o local onde deveria criar a terra sem a cooperação de Exu, porque ele queria ser lembrado como o único grande criador. Indignado com isso, o orixá lhe pregou três peças, como forma de retaliação. Na última travessura, por causa das investidas de Exu, Oxalá se sujou de carvão e ainda foi induzido a beber vinho, desmaiando de tão embriagado que ficou. Olórum sentiu que

² Entidade mensageira responsável pela relação dos homens com os orixás e dos próprios orixás. Disponível em: <https://brasilescola.uol.com.br/religiao/exu.htm>

Oxalá demorava demais para realizar a missão que tinha lhe incumbido e enviou outro orixá, Odùdùwá para verificar o motivo da demora. Ao chegar e ver Oxalá embriagado, Odùdùwá pegou o saco da criação e o levou a Olórum que, ao tomar conhecimento dos fatos, mandou este criar a terra. Ao acordar e perceber que não tinha sido o grande criador, como tinha ambicionado, Oxalá foi reclamar com Olórum que, para compensá-lo pelo prejuízo das travessuras de Exú, lhe deu a tarefa de criar o homem.

Vemos acima a descrição de alguns elementos que nos ajudarão a entender a cosmovisão africana e a evolução histórica que esta sofreu no Brasil. Nas palavras de Luis Carlos Ferreira, em seu artigo sobre *Filosofia de raiz africana como um pensamento da complementaridade*, ele pondera que:

Tal narração do mito da criação do mundo se fez necessário para explicar a estrutura social da sociedade africana, pois tudo está organizado por função e todas elas possuem importância. Para além da explicação sócio-política, o mito é necessário para evidenciar um elemento da filosofia africana, que é o da complementaridade (FERREIRA, 2010, p.98)

Observamos que o autor Reginaldo Prandi (2001), têm alguns mitos da religiosidade e tradição africana, salientamos que elas são heranças de uma cultura oral, passadas de geração a geração, e no caso específico aqui discutido no contexto vivenciado pelos negros escravizados, nos terreiros de candomblé e nas senzalas.

Sabemos que desde a pré-história devido à ausência de referenciais científicos, os nossos ancestrais costumavam usar mitos para responder questões voltadas à origem humana dessa forma a cosmologia de cada comunidade ou grupo social, valeram-se de suas tradições obedecendo as representação histórica do momento vigente. Sob essa questão Araújo ,(2020 p.34), declara que “os mitos colocam o que é mais importante na cultura local com uma importância proporcional nos mitos de criação”, basta ver que a água , o sol, as condições climáticas, elementos fundamentais para a produção agrícola, tiveram um lugar especial nas mitologias, das distintas civilizações, e no mesmo diapasão , a história da gênese do mundo, dentre elas a versão pela de matriz africana , descrita acima e a eurocêntrica cristã, descrita no livro do Gênesis.

Na primeira, trata-se da transmissão das histórias mitológicas pelo uso da palavra, e valorização da ancestralidade (as histórias contadas pelos mais velhos, que lhes foram transmitidas pelos antepassados). Na segunda, temos uma implícita pretensão de difusão da crença religiosa por meio da tecnologia, primeiro da escrita rudimentar (os dez mandamentos, transmitidos por Deus a Moisés) e depois naquela que talvez seja a primeira forma de comunicação de massa da humanidade, que é a Bíblia.

Essa cosmovisão de mundo se reflete na concepção de universo, de tempo, na noção africana de pessoa na fundamental importância da palavra e na oralidade como modo de transmissão de conhecimento, na categoria primordial da força vital, na concepção de poder e de produção, na estruturação da família, nos ritos de iniciação e socialização dos africanos e, claro, e tudo isso assentado na principal categoria da cosmovisão africana, que é a ancestralidade (OLIVEIRA, 2003, p. 89)

A concepção religiosa africana - alicerçada na complementaridade, na oralidade e na ancestralidade - mostra uma legitimação da variação das divindades, em contradição evidente à tradição europeia religiosa, que simplifica o mérito da criação e o status de deidade em uma presença divina só. Assim, Oxalá, um dos deuses da tradição africana, criador da terra, descumpra a ideia de qualquer outra entidade que se pretenda estar altura de criador do Deus europeu sendo considerado como ilegítima, tendo a denominação de entidade demoníaca ou blasfema. Ora, se a ancestralidade é a “principal categoria da cosmovisão africana”, é facilmente constatado que ela toma o lugar das noções de “paraíso” e “inferno”, tão cultuadas na religiosidade europeia.

Paraíso, inferno, pecado são termos constantes em muitas religiões no mundo, em especial o cristianismo. No entanto, estão fora dos dicionários das religiões africanas. Os adeptos da religiosidade africana cultuam os antepassados, privilegiando o respeito aos seus ancestrais e sacralizam o presente (SANTOS; LORDON, 2004, p.124)

Com essa diferenciação da cosmovisão africana em relação à europeia, podemos refletir um pouco sobre como se deu a sua remodelação, a sua ressignificação ou a sua reconstrução a partir da migração forçada dos negros para o Brasil e entender o movimento inverso da sua valoração social, por assim dizer, daquele contexto em relação ao momento que vivemos hoje.

A territorialidade é um aspecto importante para a compreensão dos elementos da forma de pensar de qualquer povo. Com o africano não é diferente. Segundo Muniz Sodré:

Cultura não é, entretanto, nenhum ser abstrato cuja existência se definiria pelo mero desdobramento de suas propriedades aprioristicamente supostas, dadas para sempre. A cultura, movimento do sentido, relacionamento com o real, tem de lidar com as determinações geradas num dado espaço social e num tempo histórico preciso (SODRÉ, 1983, p.107).

Sobre isso podemos compreender que a migração dos negros da África para o Brasil a partir do século XVI, por si, vem a forçar uma nova perspectiva cultural dos próprios conceitos já estabelecidos. O território mudou o que vem a significar que as histórias mitológicas, bem como seus personagens terão uma nova natureza simbólica. Sandra Haydée Petit e Norval Batista Cruz destacaram bem essa posição em seu artigo sobre corpo, simbologia e ancestralidade:

A ancestralidade também é a inserção numa comunidade e o sentimento de pertencimento alimentado pela capacidade de traçar a genealogia e contar as histórias do coletivo. Para os negros vítimas do escravismo criminoso foi fundamental, diante do esfacelamento dos laços familiares e da desterritorialização forçosa, a recriação de uma linhagem para a transmissão e preservação de sua comunidade. Tal linhagem foi providenciada, sobretudo pelo terreiro de candomblé, enquanto espaço ritualístico de recomposição e reelaboração dos elos fragmentados pela sociedade que destinava o negro, quer seja ao lugar da subserviência, quer seja ao não lugar (sem direito a terra, e na pós-abolição também excluído da moradia e do emprego pela preferência dada ao emigrante europeu) (PETIT; CRUZ; 2005, p. 3).

Dessa forma, pensarmos na recriação da linhagem histórico/oral torna-se relevante não só para preservação e reconstituição da memória de uma comunidade, como estímulo eterno da força de continuidade do grupo, conforme afirma Sodré, (1988) além de juntar elementos de cultura diferentes e recriá-las sobre outras subjetividades.

Ainda que tenha se passado tantas décadas, desde os primeiros atos culturais e religiosos, ancorados nas matrizes culturais africanas, em nosso país uma grande parte da população persistem em promover, a discriminação, valendo-se de falas estereotipadas, ao se referir aos povos africanos e sua a cultura, pois, subestimam seus conhecimentos, seus valores, seu potencial, ignorando a contribuição que esses deram para a sociedade e brasileira e sua formação social

Essa atitudes, além de forçarem o negro a buscar um novo alicerce cultural que servisse como forma de resistência à opressão, leva a sociedade afrodescendente brasileiro a uma visão rebaixada dessa nova cultura africana do Brasil. Como ocorreu a adoção dos elementos da cultura europeia e da africana (e da indígena, apesar de não ser o caso do estudo neste artigo) para a formação do nosso híbrido cultural, as cosmovisões se chocaram em vários aspectos, como já mencionado anteriormente, e como resultou esse processo da valorização da religiosidade europeia (a do colonizador) e a discriminação pejorativa da religiosidade africana (a do colonizado), tivemos a constituição de um país em que flagrantemente a santa trindade

católica (em que o pai, o filho e o espírito santo são uma coisa só, denominada de “Deus”, único e inquestionável) é algo “sagrado” e “respeitável”, enquanto que as manifestações do candomblé são conhecidas sob a marca pejorativa de termos como “macumba”, “coisa do demônio”, “possessões demoníacas” e etc.

Se tratando da cosmovisão africana no Brasil, dentro da acepção que estamos constatando neste artigo, é bem resumida por Eliane Costa Santos e Elenice de Souza Lordon em seu artigo *De Oyo à Bahia: A Cosmovisão Africana em uma das Matrizes da Religiosidade Africana no Brasil*:

O processo de escravização do povo africano pelos europeus, em muitas nações, ceifou vidas, desestruturou reinados, núcleos familiares. No entanto, diante de todo o quadro caótico, a resistência dos filhos da África, não permitiu que se rompesse a sua mais forte essência: a relação com a ancestralidade. Em um país estranho- *terras Brasis* - sob a força do colonizador, os africanos abrem espaços na estrutura imposta e reconstituem o seu universo cultural religioso (SANTOS; LORDON; 2004, p. XX)

As duas ainda complementam a outra característica fundamental dessa cultura híbrida. A filosofia africana no Brasil junta elementos culturais e religiosos de diversas regiões da África em uma só:

“Na África, cada Orixá era ligado a uma cidade ou a um país inteiro. Por exemplo, Sàngó (Xangô) cultuado em Oyó, Yemoja (Yemanjá) na região de Egbá, Ogún em Ekiti e Ondô, Ôssun (Oxum) em Ijexá e Ijebu, Lógunnède (Logunedé) em Ilexá, Osàálà - Obàtálá (Oxalá) em Ifé, subdivididos em Osàlúfon (Oxalufan) em Ifan e Ôságiyan (Oxaguian) em Ejigbô. Já no Brasil, o culto sofreu algumas alterações. Na resignificação religiosa de origem africana no Brasil, temos nos templos religiosos - Terreiros - todos os Orixás cultuados no mesmo espaço. Várias crenças africanas aportaram em terras brasileiras.” (SANTOS, LORDON, 2004)

Entre outras palavras, as diversas religiosidades aportaram no Brasil pelos escravos e foram colocadas em um terreno comum junto com a tradição cristã europeia - a primeira em posição marginal em relação à segunda, devido ao contexto sociocultural de dominados e dominadores, respectivamente, que o próprio processo de constituição do país colocou. A cosmovisão africana no Brasil é marcada pelo sincretismo religioso característico do nosso país.

A metamorfose de Kafka em sentido invertido

A demonização das práticas ou obrigações religiosas de matriz africana e por conseguinte a seus adeptos a exemplo do “arriamento” de um *ebó*, uma das consequências do racismo que vem acompanhando o povo africano durante séculos, desde que chegaram ao

Brasil, de forma escravizada, e esse conceito de “satânico” e “maléfico” foi transmitido para nós no intuito de discriminar os aspectos da cosmovisão africana, que se arraigaram na constituição da cultura brasileira, com tendência ao sincretismo³ de elementos culturais desterritorializados, como já ponderamos anteriormente.

De acordo com Sanchis (1997), entre as várias correntes africanas que chegaram ao Brasil por conta da escravidão, o Candomblé (que segundo alguns historiadores é uma palavra de origem angolano-congolesa Kikongo que significa “costume do povo negro e que expressa um panteísmo humanizado, ou deuses da natureza personificados em heróis históricos) teria começado a ser praticado no bairro Barroquinha em Salvador – primeiramente ocorriam os cultos na residência de uma sacerdotisa do grupo, mas depois as cerimônias rituais seriam realizadas atrás da Igreja Nossa Senhora da Barroquinha, onde se constituiu o terreiro. A partir de então, o candomblé se dividiu em várias nações pelo país, em terreiros geralmente liderados por mulheres e que transmitem essa liderança geralmente para outras mulheres da mesma família.

De acordo com os pesquisadores, os primeiros negros escravizados que chegaram à Bahia eram vindos de Ketu. Estes foram capturados na cidade de Iwoyê, saqueada em janeiro de 1789 pelo exército do reino Daomé (República do Benin). A primeira das fundadoras do candomblé da Barroquinha, Iyá Adetá, “teria vindo nessa leva de escravos provenientes de Iwoyê. Após cerca de novo anos de cativo, Iyá Adetá teria conquistado a alforria e ido morar na Barroquinha, onde fundou, no final do século XVIII, um culto a Oxossi em sua casa, semelhantes a alguns dos calundus coloniais (...)” (SILVEIRA, 2005, p. 21).

Essa tradição de realizar cultos em terreiros e residência registra invasões agressivas de grupos ligados à Igreja Católica e à Igreja Evangélica, sempre procurando negar a legitimidade das manifestações do Candomblé, que busca impor uma relação de pavor demonizando tudo que podia ser identificado como santo explicado aos olhos de seu manual catequéticos, provando que o sincretismo verificado na constituição da religiosa brasileira teve sempre a marca da intolerância e do preconceito do cristianismo em relação às formas de religiosidade africana. Cultura, como relata Vieira, (2011)

Ainda segundo Vieira, (2011), hoje os elementos da religiosidade africana por divergirem das tradições religiosas europeias são discriminados (a exemplo dos sacrifícios),

³ 1 Fusão de diferentes religiões, doutrinas e cultos, cujos elementos permanecem com interpretações próprias. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/busca?id=OKPj5>

fatos que visam mostrar o caráter do “feio repudiável” que nossa sociedade imprimiu à cosmovisão africana desde a escravidão,

É preciso ressaltar, que implantar e manter um terreiro de Candomblé não era uma ação tranquila. Havia diversas perseguições por parte da Polícia.

Na época da República, o candomblé sofreu um grande golpe, sendo proibido de exercer as suas atividades. Nesta época estiveram subjugados à Delegacia de Jogos, Entorpecentes e Genocídio. Com a luta e resistência dos adeptos, o candomblé foi ganhando notoriedade. Essa resistência dos afros descendentes, que faz parte da cosmovisão africana é que possibilitou as políticas públicas de ações afirmativas na educação brasileira e nos permite estar em sala de aula falando da cultura e religiosidade africana através da introdução da Língua Yorubá nos currículos do Ensino Básico nos colégios de rede pública de ensino da Bahia e dos Estudo da História afro Brasileira e Africana nas escolas públicas brasileiras.(SANTOS, LORDON, 2004)

Assim, podemos dizer que o conceito permeado de rótulos pejorativos ao qual a cosmovisão africana no Brasil está em franca metamorfose, mas, ao contrário do que acontece no famoso livro de Franz Kafka, (1915), não é o homem que se transforma em algum similar de barata gigante, o “humano” virando o “feio” e perdendo sua legitimidade existencial até morrer de dor e solidão. É, num movimento inverso, o negro que se descobre como “gente” e que descobre a beleza de suas coisas (seu cabelo, seus traços faciais, seu jeito de vestir, suas comidas típicas e, coincidente com o tema deste artigo, a sua religião) como socialmente aceitáveis. Estamos assistindo na atualidade essa “metamorfose” do conceito da filosofia religiosa africana onde o “feio” está virando “humano”.

Graças as lutas dos movimentos negros e sociais de resistência para preservarem seu patrimônio religioso e cultural, esse panorama vem mudando, especialmente nesta última década. Em consequência de todas as lutas históricas e pressão da população negra organizada, políticas afirmativas foram instituídas pelo Estado brasileiro, entre elas destacaremos aqui as ações afirmativas na área da Educação: reserva de vagas para aluno/as negro/as nas universidades públicas, objetivando recuar no déficit histórico da ausência na universidade pública. Um avanço nas lutas históricas dos movimentos negros organizados, foi a política de cotas¹², disciplinada pela Lei 12.711/2013, no caso de instituições de ensino federais, dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. Estabelece em seu art. 3º:

Em cada instituição federal de ensino superior, as vagas de que trata o art. 1o desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência, nos termos da legislação, em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva de

pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (BRASIL, 2012, p.3).

O combate ao preconceito e as novas orientações sugeridas por pesquisas históricas têm promovido uma mudança notável. No ano de 2003, um importante avanço na luta antirracista no país foi concretizado: a implementação da lei 10.639. A legislação tornou obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana em todas as escolas, sendo elas públicas ou particulares, desde o ensino fundamental até o ensino médio. Dezoito anos após a promulgação, a implementação da lei ainda apresenta desafios, reconhecemos, que já tivemos algumas conquistas como os elementos da cultura africana que passaram a ser incluídos pela lei supracitada, na educação pública, como descreve Medeiros (1993).

A promulgação da Lei 10.639/03, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira" e "Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana", aprovada pelo Conselho Nacional de Educação em março de 2004, sendo homologada pelo Ministério da Educação - MEC em junho de 2004, representa outra conquista histórica.

Conclusão

Em sua constituição cultural, o Brasil, com sua tendência ao sincretismo, colocou em um mesmo território físico e social duas concepções religiosas diferentes. A cosmovisão africana, a dos negros escravizados é baseada na oralidade, na complementaridade dos seus personagens míticos e, principalmente, na ancestralidade. Nos cultos e na hierarquia dos terreiros do Candomblé (a corrente que norteou a 'brasileirização' da religiosidade africana) a mulher é uma figura marcante.

A cosmovisão europeia, a dos colonizadores, é baseada na transmissão dos seus conhecimentos pela palavra escrita, onde há apenas uma divindade em oposição a um inferno demoníaco. Essa divindade é exclusiva e tudo o que está fora dela é "satânico" e "inaceitável". Os cultos propõem ao modo de vida de seus seguidores a superioridade do gênero masculino, sempre celebrados por homens (padres ou outros tipos de sacerdote) buscando louvar o "pai", o "senhor", que tem um "filho" e que é a mesma coisa de um "espírito santo".

No encontro dessas cosmovisões, a prevalência do cristianismo gerou um conceito de "negatividade" e "feitura" ao candomblé, conceito que sofre hoje uma visível metamorfose em

sentido inverso ao da obra de Franz Kafka, metaforicamente falando. Na obra literária, um “humano” se descobre “não-humano” e sofre até ser discriminado pela pequena sociedade familiar que está em sua volta. Na cosmovisão africana no Brasil, o “não-humano” está se descobrindo “humano” e debela a discriminação da sociedade em geral em sua volta.

Assim sendo acreditamos que a diversidade religiosa presente e no Brasil, pode colaborar como o processo de aprendizagem no que se refere às multiplicidades distintas como cor, devoções, crenças, orientações sexuais, cultos e devoções, dentre outras questões, visando uma transformação conceitual histórica, cremos assim que o diálogo e a Informação são instrumentos necessários, nos processos de conscientização e valorização pautadas no respeito ao que aos nossos olhos são considerados diferentes.

Bibliografia

ABRAHAM, R. C. Dictionary of modern Yoruba. London: Rout. & Kegan, 1962 [1946].
ARAÚJO, T. *A criação do mundo*. Superinteressante. Disponível em:
<<https://super.abril.com.br/historia/a-criacao-do-mundo/>>. Acesso em: 10 de março. 2021).

CUNHA, A. G. 1982. *Dicionário etimológico Nova Fronteira da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

FERREIRA, Luis Carlos, **ATITUDE FILOSÓFICA: Filosofia de raiz africana como um pensamento da complementaridade**, Rede Cooperativa de Pesquisa e Intervenção em (In) Formação, Currículo e Trabalho (parceria com o ICI/UFBA) nas linhas de pesquisas Achei – Africanidades, Corpo, História, Educação e (In) Formação, e Cartografia do Pensamento Contemporâneo, [online]. Disponível em:
<https://africaeaficanidades.net/documentos/Filosofia_raiz_africana_complementaridade.pdf>. Acesso em: 11/março/2021.

KAFKA, Franz, *A Metamorfose*, Companhia das Letras, São Paulo, 1915.

MARINS, L. L. *Òrìsà dídá ayé: òbátálá e a criação do mundo*, 2012.

MEDEIROS, M. DE S. **Ensino de história e cultura africana e afro-brasileira: uma análise da aplicabilidade da Lei nº 10.639/2003 no ensino fundamental II da U.I.M.** "Hélio de Sousa Queiroz", em Caxias - MA / Meiriele de Sousa Medeiros. – São Luís, 2017., 1993

OLIVEIRA, Eduardo. **Cosmovisão Africana no Brasil: elementos para uma filosofia Afrodescendente**. 3ª ed. Curitiba: Editora Gráfica popular, 2006.

PASTORI, Antônio. Casa de Santo. Youtube, 2005. Disponível em:
<<https://www.youtube.com/watch?v=yf7p-uWcQ-4>>. Acesso em: 10/04/2021.

PETIT, Sandra Haydée; CRUZ, Norval Batista. **Arkhé: corpo, simbologia e ancestralidade como canais de ensinamento na educação.** In: Anais da 31ª Reunião anual da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação, p.1-13, 2008. Disponível em: <<https://www.anped.org.br/sites/default/files/gt21-4159-int.pdf>>. Acesso em: 19/09/2020.
PRANDI, Reginaldo. Mitologia dos Orixás. São Paulo: Companhia das letras, 2001.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: SANTOS, Boaventura; MENESES, Maria Paula. Epistemologias do Sul. 1.ed. São Paulo: Cortez, 2010, Cap 1, p. 31-83
SODRÉ, Muniz. O terreiro e a cidade. Petrópolis: Vozes, 1988.

SANTOS, E. C. ZUIN, E.S.L., **De Oyo à Bahia: A Cosmovisão Africana em uma das matrizes da religiosidade africana no Brasil**, Fórum África, São Paulo, 2007. p.1-9. Disponível em: <<http://www.forumafrika.com.br/De%20OYO%20a%20Bahia.pdf>>, Acesso em: 18/08/2020.

SANCHIS, Pierre. **As religiões dos brasileiros.** Horizonte, Belo Horizonte, v. 1, n.2, 2º sem. 1997. p.28-43.

SILVEIRA, Renato de. Do calundu ao candomblé. **Revista de História da Biblioteca Nacional**, a. 1, n. 6, p. 18-23, dez. 2005.

SODRÉ, Muniz. **A Verdade Seduzida: por um conceito de cultura no Brasil.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora S.A., 1983.

VALENTE, V. 1976. **Sincretismo religioso afro-brasileiro.** 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional.

VIEIRA, Isabela. **Pesquisa da PUC mostra que religiões afro-brasileiras no Rio são vítimas de intolerância.** *Agência Brasil*, 2011. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/pesquisa-da-puc-mostra-que-religioes-afro-brasileiras-no-rio-sao-vitimas-de-intolerancia>. Acesso em: 25 de março de 2021.

Mickelle Xavier Santos

Graduanda do curso de Pedagogia -Universidade Federal da Bahia (UFBA)
Mickellexsantos@hotmail.com

Gilvan dos Santos Sousa

Mestre pelo Programa de Pós Graduação da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
PPGED-UESB-Brasil País; E-mail:gil-uesb@hotmail.com

Wermerson Meira Silva

Doutorando pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB); Programa de Pós-
Graduação em Memória, Linguagem e Sociedade (PPGMLS) UESB-Brasil professor
assistente da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)- Brasil; Grupo de Pesquisa
LEFOR/UNEB E-mail: wermerson@uesb.edu.br